

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SUA ABORDAGEM INCLUSIVA: CONCEITO, TEORIA E PRÁTICA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Mary Delane Gomes de Santana¹
Claud Kirmayr da Silva Rocha²

RESUMO

A educação formal seja ela de nível básico e ou superior é um espaço por excelência de formação, pois possibilita pelas discussões que nela se estabelece o desenvolvimento do ser humano, portanto, junto com a socialização e apreensão de conhecimentos acumulados historicamente, torna-se condição essencial para a democratização da sociedade. Quando lançamos nosso olhar para as IES, esse compromisso torna-se maior, visto que, além de se preocuparem com a formação de cidadãos/ãs éticos/as comprometidos/as com a defesa dos direitos humanos, elas têm a responsabilidade de gerar conhecimentos visando atender os atuais desafios dos Direitos Humanos. Este artigo pretende trazer uma reflexão acerca das práticas e abordagens do tema da diversidade e inclusão nas IES, mas especificamente nos cursos de formação de professores, entre os alunos que cursam a disciplina Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade Social na UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), a fim de verificar de que forma eles estão sendo preparados para trabalhar as discussões sobre inclusão e diversidade. Fez-se uso da pesquisa descritiva, explicativa e de revisão bibliográfica para coletar os dados, bem como um trabalho

- 1 Bacharel em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia (UEPB – Campus II); Graduada em Pedagogia (Faculdade Kurius - FAK); Mestre em Sociologia (PPS – UFPB – Campus II), Mestre em Educação – ISEL, e-mail: mdgs.uepb@gmail.com;
- 2 Graduado em Geografia pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP, Graduado em Pedagogia – UNINTER, Especialista em Geopolítica História e Geografia – FIP, Especialista em Gestão dos Recursos Hídricos no contexto do Semiárido - UFCG, Especialista em Prática Didática Assertiva na Educação da EJA- IFRN, Mestre em Educação - ISEL, Mestre em História - UFCG claud_bc@hotmail.com.

de observação das aulas ministradas. Como material de base, foi utilizado o PNEDH (2004), a LDB (1996), Mazzota; CF (1988); Ferreira (2003), entre outros. Sabemos que os seres humanos são sociais por natureza, e os preconceitos, discriminação e estigmas são aprendidos ao longo das interações e modelos desde a fase infantil e se estende ao longo do desenvolvimento humano. Conclui-se que os futuros professores precisam ser preparados teoricamente e na prática, para saberem mediar as leituras sobre o tema e as discussões em salas de aula, só assim serão capazes de incentivar a criatividade dos alunos, acolher e ensiná-los a tratar com respeito as diferenças, oferecendo a eles, um ambiente escolar propício para debater as questões relacionadas aos direitos humanos.

Palavras-chave: Inclusão. Diversidade. IES. Formação de professores.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental social e um dever do Estado e da família que deve ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 do Brasil, denominada *Constituição Cidadã*. Apesar de estar fundamentada na Carta Magna do país como direito de todos e para o pleno desenvolvimento da pessoa a sua preparação para o exercício da cidadania, bem como a sua qualificação para o trabalho, ela nunca foi de fato para todos, pois esse fundamento universalizante, não incluía todos os alunos, uma vez que as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos, nunca foram respeitadas.

Como demonstrado no parágrafo supra citado, a escola no Brasil sempre foi privilégio de poucos, portanto como construir uma sociedade mais justa e equitativa, partindo da perspectiva da educação, se o sistema educacional do país não concretiza de fato a sua finalidade primeira, que é a de acolher a todos sem distinção. Por isso, quando abrimos a discussão sobre a educação inclusiva, não podemos deixar de lado o posicionamento de Paulo Freire (1974) no seu livro “Pedagogia do oprimido” sobre a importância de questionarmos os processos de exclusão e desenvolvermos um processo educacional que contemple a diversidade.

O movimento pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, na luta pelo direito de todos os alunos estarem no mesmo espaço escolar, estudando e participando em conjunto de todas as atividades que a escola oferece, atividades essas que não se restringem apenas as realizadas em sala de aula. Portanto, falar em uma educação como direitos de todos, é falar numa educação inclusiva, é falar em um sistema educacional que esteja preparado para acolher as diferenças, com professores capacitados para trabalhar com as diferenças e as diversidades.

Para Mazzota (2010), sem políticas públicas justas não será possível reduzir ou reparar as desigualdades sociais e para que essas ações sejam realizadas, é necessário mobilizar, conscientizar e comprometer-se com a inclusão escolar. Para esse autor, falar em educação inclusiva é falar também em justiça social, um mecanismo de promoção da cidadania e dos direitos humanos, garantindo para todas as pessoas, independentemente da sua origem, cor ou crença, o acesso a recursos básicos, como educação, trabalho, saúde e habitação

Há mais de 30 anos o Brasil fez a opção pela educação inclusiva, ao concordar com a Declaração Mundial da Educação para Todos Conferência de Jomtien – 1990 na Tailândia e desde então vem criando leis para assegurar que isto de fato ocorra no seu sistema educacional, porém, a educação inclusiva ainda consiste numa luta da atualidade. A educação em direitos humanos com uma abordagem inclusiva envolve diversos elementos que buscam promover uma compreensão integral dos direitos, enfatizando o respeito, a valorização da diversidade e a inclusão de todos os grupos sociais. (Brasil, 2007).

A política de educação em direitos humanos (EDH) no Brasil, com foco em uma abordagem inclusiva, busca promover o respeito aos direitos fundamentais, a dignidade humana, a justiça social e a construção de uma sociedade mais igualitária. Essa política é estruturada por meio de programas e diretrizes específicas, alinhadas com marcos nacionais e internacionais, que objetivamente incorporam esses valores ao sistema educacional.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) - O PNEDH, criado em 2003 e atualizado ao longo dos anos, é um documento fundamental que orienta a implementação de ações educativas externas aos direitos humanos. Ele estabelece diretrizes, objetivos e metas para incluir a EDH nas instituições de ensino, promovendo uma cultura de paz, igualdade e respeito. A PNEDH enfatiza a importância de uma abordagem inclusiva, que respeite e valorize as diversidades culturais, sociais, religiosas, de gênero e étnico-raciais. (Brasil, 2006)

A formação e o preparo do capital humano nas escolas para atender à diversidade é fundamental para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Esse processo envolve capacitar professores e funcionários para lidar com diferentes necessidades e contextos dos alunos, promovendo um ambiente escolar que valorize as diferenças.

A execução de propostas educacionais que contemplem a diversidade exige:

- a. Formação Contínua: Investir em formação continuada para educadores, abordando temas como educação inclusiva, multiculturalidade e métodos pedagógicos diversificados.
- b. Currículo Flexível: Adaptar o currículo para refletir a diversidade cultural, social e econômica dos alunos, garantindo que todos se sintam representados e valorizados.

- c. Apoio Psicopedagógico: Oferecer suporte especializado, como psicólogos e pedagogos, para atender às necessidades emocionais e educacionais dos alunos.
- d. Colaboração com a Comunidade: Envolver pais e a comunidade escolar no processo educacional, fortalecendo laços e criando uma rede de apoio.
- e. Avaliação Inclusiva: Desenvolver métodos de avaliação que considerem as particularidades de cada aluno, respeitando seu ritmo e estilo de aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2015), enfatizam a importância da educação em direitos humanos e da inclusão como princípios fundamentais na formação docente. Entre os principais pontos estabelecidos, destacam-se:

- a. Valorização da Diversidade: Os cursos de formação devem promover a compreensão e a valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero e de capacidades, preparando os futuros educadores para atender a um público heterogêneo.
- b. Educação para a Cidadania: Os docentes devem ser capacitados a atuar como agentes de transformação social, fomentando o respeito aos direitos humanos e à dignidade de todas as pessoas, além de estimular a participação cidadã dos alunos.
- c. Metodologias Inclusivas: As diretrizes recomendam a adoção de metodologias de ensino que considerem as necessidades específicas de todos os alunos, garantindo acessibilidade e equidade no processo educativo.
- d. Reflexão Crítica: A formação deve incentivar a reflexão crítica sobre questões sociais e educacionais, preparando os professores para lidar com situações de discriminação e exclusão, promovendo um ambiente escolar acolhedor e respeitoso.
- e. Integração Teórico-Prática: As diretrizes sugerem a integração de conteúdos teóricos sobre direitos humanos e inclusão com experiências práticas, por meio de estágios e atividades em comunidades, para que os futuros educadores vivenciem a realidade da diversidade.

Esses princípios buscam assegurar que a formação de professores contribua para uma educação que não apenas informe, mas também forme cidadãos conscientes, respeitosos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Apesar das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, enfatizar a importância da educação em direitos humanos e da inclusão como princípios fundamentais na formação docente não se pode garantir com certeza que a inserção de disciplinas e/ou conteúdo específicos irá de fato garantir à formação docente numa perspectiva orgânica acerca da educação em direitos humanos e inclusão.

Desde a primeira proposta do PNE (2000), até os dias atuais, a política de educação especial inclusiva e os dispositivos legais que garantem a qualidade de ensino educacional, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas necessidades e potencialidades, passaram por profundas mudanças e tem exigido cada vez mais das escolas um compromisso no atendimento as reais necessidades desses alunos, bem como um nível de capacitação dos professores que deverão ter a habilitação, a qualificação e a experiência adequadas para garantir que todos alunos desempenhe as atividades escolares de acordo com suas possibilidades.

Frente as exigências direcionadas aos professores e a formação inicial para que não seja negligenciado os conteúdos e as práticas docentes que permeiam a educação em direitos humanos e da inclusão, brevemente descrita aqui, o nosso objeto de estudo encontra-se centrado em verificar quais os saberes que os discentes de Matemática e Física possuem sobre a educação em direitos humanos e inclusiva, buscando compreender o desempenho deles para ministrar conteúdos para os seus futuros alunos em sala de aula.

Para alcançar esse intento, essa pesquisa teve como problema: Como a educação em direitos humanos, com foco em uma abordagem inclusiva, está inserida e aplicada nos cursos de formação de professores (Matemática e Física), e quais são os desafios e práticas efetivas para desenvolver essa competência nos futuros docentes? Esse problema de pesquisa que busca entender como a educação em direitos humanos (EDH) é abordado na formação docente, explorando tanto os conceitos e teorias utilizadas quanto as práticas pedagógicas aplicadas tem sua relevância devido a nova realidade social e educacional do país. Além disso, visa identificar os obstáculos e os fatores que são importantes para a melhoria eficaz dessa abordagem inclusiva.

Nos cursos de formação de professores, discutir os princípios da Educação em Direitos Humanos e da Educação Inclusiva é extremamente necessário, pois a Educação em Direitos Humanos e da Inclusiva passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, tornando obrigatória todas as escolas, sejam elas públicas e ou privadas a acolher alunos de diferentes realidades promovendo um ambiente escolar acolhedor e respeitoso.

A relevância da discussão da Educação em Direitos Humanos e da Educação Inclusiva nos cursos de formação de professores, se dá também pelo fato de ser a formação inicial o *lócus* da formação docente, ela é o ambiente onde as discussões sobre os mecanismos legais que garantem os direitos a todos os alunos (de forma universalizante) e de qualidade encontra um terreno fértil e propício para a sua reflexão e apropriação, bem como das discussões sobre as políticas públicas com ênfase na inclusão e de direitos humanos, pois é na formação inicial que estamos preparando os futuros professores a garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso igual ao aprendizado, promovendo uma educação mais equitativa. Assim, investigar como essas informações são transmitidas e como os discentes, futuros professores recebem essas informações é de suma importância.

A motivação em executar essa pesquisa nos cursos de formação docente, residuiu no fato da pesquisadora ser pedagoga e docente dos cursos de formação no qual a pesquisa desenvolveu-se, assim, o desejo de contribuir com o (re)pensar dessas áreas, bem como com a educação brasileira se faz presente. Educação essa, que apesar das mudanças no atual cenário brasileiro e mundial, ainda é reflexo de uma sociedade construída e solidificada em bases excludentes, que impede como Freire (1975), afirmava, a formação do sujeito como humano, afinal “não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de uma certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade” (Freire, 1975, p. 30).

Dentro dessa perspectiva, a presente pesquisa se justifica pois abre espaço para uma análise sobre a formação e o preparo do capital humano na formação inicial, para atender à diversidade e garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Esse processo envolve capacitar professores e funcionários para lidar com diferentes necessidades e contextos dos alunos, promovendo um ambiente escolar que valorize as diferenças. As práticas e saberes da Educação em Direitos Humanos (EDH) nos Cursos de Licenciatura em Matemática e Física da UEPB,

tem como indagações as seguintes questões: Qual lugar a epistemologia da educação EDH ocupa no Projeto Político Pedagógico dos cursos de Licenciatura em Matemática e Física da UEPB? Quais saberes e práticas da EDH os docentes que lecionam DHDI utilizam nos cursos de Licenciatura em Matemática e Física da UEPB? Há consciência e centralidade da importância de se preparar os futuros professores para atuarem com a EDH, no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) e nas práticas dos docentes pedagogos nos cursos de Matemática e Física?

Como objetivo geral, a pesquisa se propôs a verificar as práticas e abordagens do tema da diversidade e inclusão nas IES, mas especificamente nos cursos de formação de professores, entre os alunos que cursam a disciplina Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade nos cursos de licenciatura em Matemática e Física da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Objetivos Específicos – examinar como a disciplina “Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade” está integrada aos currículos dos cursos de licenciatura em Matemática e Física, identificando conteúdos e abordagens; analisar as percepções dos alunos sobre a relevância e a aplicabilidade dos conceitos de diversidade e inclusão em suas práticas pedagógicas futuras; investigar as metodologias de ensino utilizadas na disciplina, avaliando se são inclusivas e se promovem a reflexão crítica sobre diversidade e direitos humanos; observar as experiências práticas que os alunos vivenciam durante a disciplina, como estágios ou projetos, e como essas experiências contribuem para a formação de uma consciência inclusiva.

As respostas as questões aqui propostas permitem delinear o quadro onde os saberes e práticas dos docentes se materializam em relação ao seu exercício atrelado à EDH, temática em estudo, bem como verificar se a formação inicial que os discentes estão recebendo nos cursos estudados, está oferecendo além de uma habilitação que os auxilia a tomarem consciência sobre a importância da valorização e o reconhecimento de uma educação inclusiva, oportuniza também o entendimento da importância de uma educação humanizada.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nos cursos de Matemática e Física da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus I, localizada em Campina Grande - PB. Para a realização da pesquisa optamos por uma abordagem qualitativa para entender profundamente a relação entre EDH e inclusão nos cursos de formação docente de Matemática e Física da UEPB, Segundo Antônio Carlos Gil (2008),

a abordagem qualitativa é caracterizada por seu foco na compreensão profunda das tendências sociais e pela análise interpretativa dos dados encontrados. Ele explica que essa abordagem busca captar a essência e a complexidade das experiências humanas, trabalhando com dados descritivos obtidos por meio de métodos como entrevistas, observações e análise.

O autor supra citado, deixa claro que a abordagem qualitativa é fundamental para explorar contextos e relações que não podem ser quantificados de maneira eficaz, pois está centrada nas percepções, opiniões e significados atribuídos pelos participantes. Ela enfatiza a subjetividade e a interpretação do pesquisador, permitindo uma análise detalhada das especificações sociais a partir de uma perspectiva contextualizada e humanística. Essa abordagem é útil para a compreensão de processos e interações que, revelam nuances importantes nas relações sociais.

Para coletar os dados da pesquisa fiz uso da análise documental, pois foi examinado os currículos dos cursos de formação de professores, objeto de estudo dessa para identificar o espaço e o enfoque dados à EDH e à inclusão. Apesar de considerar importante para obter mais resultados sobre o tema em questão, não foram utilizados os instrumentos de pesquisa (entrevista e ou questionário) com coordenadores dos cursos, docentes e discentes para captar as percepções deles sobre o componente de Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade Social (DHID), por uma questão de escolha metodológica e também pelo pouco tempo para a realização da pesquisa. Optamos por realizar uma pesquisa de revisão bibliográfica e também trabalhar com a observação participante, visto que, foi possível participar de algumas aulas bem como ministrar palestras sobre o tema nos cursos aqui analisados.

Para Gil (2008), a revisão bibliográfica é um processo de identificação, seleção e análise da literatura já existente sobre o tema de estudo. O objetivo é construir um panorama crítico e abrangente sobre o assunto, acompanhando os estudos prévios, identificando lacunas e justificando a relevância do novo estudo. E em conjunto com a documental, que permite segundo Lakatos e Marconi (2003), ao pesquisador acessar e analisar documentos previamente produzidos, conseguimos alcançar uma compreensão mais aprofundada dos processos que envolvem a introdução do componente curricular Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade Social (DHID) nos currículos dos cursos de formação de professores da UEPB, bem como no projeto pedagógico dos cursos PPC estudados.

Para a análise dos dados utilizamos as técnicas de análise de conteúdo para interpretar as informações extraídas dos documentos, categorizando temas principais e relacionando-os com os dados obtidos com as teorias e conceitos estudados na revisão bibliográfica, identificando convergências e divergências. Também procuramos verificar se projeto pedagógico dos cursos PPC estudados, realmente é um instrumento de gestão em prol da formação cidadã, e como tal deve ser explicitado em suas dimensões didático-pedagógica e administrativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino com relação as práticas discriminatórias e a busca em encontrar alternativas para superá-las, estão presentes também no cotidiano da contemporaneidade fora da escola. Como afirmou Durkheim (2011), a educação entendida como fato social, é exterior, coercitiva e geral, desse modo a escola é fruto da sociedade que a criou, ao mesmo tempo que exerce influência sobre ela, pois visa a adequar o ser humano ao meio que ele vive. Assim, a educação inclusiva assume um papel importante na atualidade, pois torna-se um espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

Discutir sobre o paradigma inclusão ainda se constitui numa temática pertinente no Brasil e no mundo, afinal, garantir direitos significa transpor barreiras, abrir-se para novas realidades e possibilidades da contemporaneidade, que nem sempre são fáceis de se transpor e serem efetivadas. Autores que se debruçam sobre esta temática no sistema educacional, percebem que os desafios de implantação de uma educação inclusiva, não são resolvidos apenas através das políticas públicas e das legislações vigentes que asseguram a prioridade e o acesso à escolarização para uma parcela da sociedade que antes não podia usufruir desse direito. A mera existência de leis e políticas públicas inclusivas não garantem efetivamente o direito das crianças, jovens e adultos à educação inclusiva, pois ainda existem desafios e barreiras enfrentadas pela escola e pelos professores de implementar na prática o que se encontra nos dispositivos legais vigentes.

Falar em educação é falar em um direito fundamental e indispensável para o indivíduo acessar outros direitos, pois é através dela que se constrói uma cidadania crítica e autônoma capaz de criar uma sociedade justa, plural e democrática. Portanto, um sistema educacional que não universaliza o seu atendimento para

todos sem distinção, desrespeita a premissa básica da educação, que é o de oferecer a todos o acesso a uma escola inclusiva que respeite a diversidade e as diferenças.

Os desafios da implantação da educação inclusiva são visíveis, o ensino básico e o próprio ensino superior que tem recebido também em seus cursos alunos com deficiência, têm enfrentado barreiras para incluir esses alunos, pois não basta matricular, é preciso dotar as instituições escolares de infraestrutura física e capital humano capacitado para atender e respeitar as necessidades dos alunos com deficiência. Se até as instituições de ensino superior enfrenta problemas no processo de inclusão dos alunos com deficiência, como então ela pode na formação inicial preparar os futuros professores para a realidade da escola inclusiva?

Quando destacamos a insegurança no ensino superior dos professores em trabalhar com alunos com deficiência, deve-se ao fato de que por trabalharmos no ensino superior, comumente escutamos relatos desses professores, que colocam como barreiras questões que estão ligadas a falta de recursos pedagógicos, a dificuldade de encontrar um método de ensino que atenda às necessidades de aprendizagem dos alunos com NEE, com a diversidade e diferenças físicas e culturais e que se adequem a aulas mistas para envolver todos os estudantes, os com deficiência e os sem deficiência.

Vale salientar, que o professor além de mediador do processo de ensino aprendizagem, na atualidade precisa também desenvolver práticas de ensino que consolide efetivamente a inclusão escolar. Para que isso seja possível, ele tem que integrar em sua prática docente diferentes saberes e manter com eles diferentes relações, pois como Tardif (2002), mesmo preconiza, a relação dos docentes com os saberes não é restrita a uma função de transmissão de conhecimentos já constituídos. E a formação inicial nos cursos de formação de professores tem que prepara-los para essa realidade da educação inclusiva.

Já na década de 70, Saviani (1976) discutia o papel dos cursos superiores na formação inicial de professores e afirmava que tais cursos deveriam possibilitar aos licenciandos uma aguda consciência da realidade de atuação, uma fundamentação teórica que lhes permitisse uma ação coerente, além de uma satisfatória instrumentalização técnica que lhes possibilitasse uma ação eficaz. Portanto, com as mudanças no sistema educacional, que visa de fato atender as demandas da sociedade e dos grupos sociais que lutaram e ainda lutam por uma educação inclusiva, é preciso que os cursos superiores de formação de profes-

sores possibilitem aos licenciados uma formação capaz de atender as demandas da educação inclusiva.

Nos cursos de formação de professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), especificamente nas licenciaturas em Matemática e Física, a disciplina “Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade” desempenha um papel fundamental na preparação dos alunos para lidar com temas como diversidade e inclusão em suas futuras práticas pedagógicas. Abaixo algumas das práticas e abordagens comuns utilizadas para explorar esses temas na disciplina, com foco em fortalecer a conscientização e as habilidades dos licenciados para atuar em contextos diversos e inclusivos. Práticas e abordagens comuns podem e são exploradas na disciplina Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade (DHID) como as citadas abaixo:

- a. Reflexão Crítica e Análise de Conceitos: os alunos são incentivados a refletir criticamente sobre os conceitos fundamentais de direitos humanos, inclusão e diversidade, e como eles se aplicam ao contexto educacional. Isso inclui debates sobre igualdade, justiça social e o papel do professor na promoção de um ambiente inclusivo.
- b. Estudos de Caso e Problemática: trabalhar com estudos de caso ajuda os alunos a compreenderem e a discutirem situações reais que envolvem questões de diversidade e inclusão em sala de aula, como a presença de alunos com necessidades educacionais especiais ou de diferentes contextos culturais. A problematização dessas situações contribui para que os licenciados pensem em estratégias pedagógicas inclusivas.
- c. Projetos Colaborativos e Interdisciplinares: através de projetos interdisciplinares, os alunos são incentivados a integrar temas de direitos humanos e diversidade em conteúdos específicos das áreas de Matemática e Física. Por exemplo, desenvolver projetos que analisem dados estatísticos sobre desigualdade social ou criação de experimentos acessíveis a estudantes com diferentes
- d. Debates e Desconstrução de Preconceitos: atividades de debates e rodas de conversa sobre temas sensíveis, como gênero, raça, etnia, e orientação sexual, ajudam a desconstruir preconceitos e estereótipos que possam impactar a prática docente. Esses estudos incentivam os

alunos a refletirem sobre sua postura e a promoverem um ambiente educacional acolhedor, etc.

Há também o incentivo aos discentes de desenvolverem trabalhos acadêmicos que explorem temas de diversidade e inclusão no ensino de Matemática e Física. Esse incentivo permite que os futuros professores aprofundem seu conhecimento sobre essas questões e contribuam com reflexões e propostas para tornar o ensino de exatas mais inclusivo, porém há uma particularidade nesses cursos, os alunos geralmente tem um desprezo ou valorizam muito pouco as disciplinas de humanas, o foco deles está apenas nos conteúdos específicos da área e não na prática pedagógica, além da dificuldade em fazer a ponte entre a sua área específica e os temas de abrangência geral, essa dificuldade em relacionar na prática teoria das disciplinas da área das Ciências Humanas e Sociais e um certo desprezo que eles dão a esse conhecimento, torna o trabalho em sala de aula do professor de DHIC também um desafio.

Faz-se necessário ao docente nos cursos de formação de professores, mais precisamente na área de exatas, que a Educação em Direitos Humanos e sua abordagem Inclusiva revela uma diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas que buscam integrar os direitos humanos e a inclusão nas práticas formativas dos futuros professores do ensino básico e até para a sua formação para o ensino superior e que as discussões que ocorrem na disciplina vão além da mera instrução sobre direitos; pois ela é uma prática que visa formar cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e comprometidos com uma sociedade justa e inclusiva, e que é função de todo professor independentemente da sua área de atuação trabalhar utilizar em sua prática pedagógica.

Autores como Paulo Freire (1974), com a Pedagogia do Oprimido, enfatiza a importância de uma educação transformadora que possibilite aos indivíduos reconhecerem e lutarem por seus direitos. Já Boaventura de Sousa Santos (2018) sugere a “ecologia dos saberes”, promovendo uma educação que valorize a diversidade cultural e as múltiplas perspectivas dos grupos sociais. Essas teorias reforçam a necessidade de uma EDH inclusiva, que reconheça e respeite a diversidade cultural e individual.

Hannah Arendt (2016) e Martha Nussbaum (2015), também contribuem com a perspectiva de que a EDH deve promover a cidadania ativa e a empatia, essenciais para uma prática inclusiva e democrática. Nussbaum, em particular, sugere que a educação deve se focar em desenvolver competências e habili-

dades sociais, preparando o futuro professor para trabalhar com a diversidade em sala de aula e promover o respeito aos direitos humanos de forma prática e cotidiana.

Ao adotar as práticas já mencionadas aqui, percebe-se que a epistemologia da Educação em Direitos Humanos (EDH) dentro do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) dos cursos de Licenciatura em Matemática e Física da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) tem um papel estratégico, pois fundamenta uma abordagem de ensino que não apenas transmite conhecimentos técnicos, mas também formam cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com valores de justiça, igualdade e respeito às diversidades. Na prática, o PPP desses cursos incorpora o EDH como parte da formação docente, garantindo que futuros professores compreendam a importância dos direitos humanos e saibam aplicar esses conceitos no ensino de Matemática e Física, áreas tradicionalmente neutras em relação às questões sociais e éticas.

Apesar dessa abordagem de ensino que procura não apenas transmitir conhecimentos técnicos aos futuros licenciados, a inclusão da Educação em Direitos Humanos (EDH) no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) de Licenciatura em Matemática e Física da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) as práticas dos professores que lecionam a disciplina dependem de alguns fatores institucionais, culturais e metodológicos, que podem variar ao longo do tempo e entre os cursos. Em muitos casos, observa-se uma consciência crescente da importância de preparar os futuros professores para atuarem com a EDH, mas a centralidade e a consistência dessa preparação podem variar de acordo com as coordenações dos cursos e dos alunos que se matriculam na disciplina, por ela ser eletiva (não obrigatória), a sensibilização da importância das discussões e trabalhos desenvolvidos na disciplina não é levada a todos os alunos dos cursos aqui apresentados.

Fora essa questão ainda tem o fato de que a UEPB tem problemas comuns a outras instituições universitárias, pois, estudos analisados também ressaltam desafios significativos para a implementação da EDH nos cursos de formação de professores, entre eles a falta de espaço nos currículos, o enfoque limitado em conteúdos teóricos e a escassez de políticas institucionais que promovam a prática de EDH. Muitas vezes, a EDH é abordada de forma superficial ou isolada (nos casos que envolvem uma carga horária pequena para as discussões, e o fato da disciplina não ser obrigatória), sem que suas práticas e conceitos estejam integrados com outras áreas do conhecimento, outro problema reside na forma-

ção contínua dos docentes e de um compromisso institucional que fortaleça a EDH nas práticas formativas.

Em que pese os desafios de sua implantação de forma efetiva, do descaso de alguns alunos com o seu conteúdo a EDH é um componente essencial na formação de professores e sua abordagem inclusiva contribui para uma educação comprometida com a justiça social e a equidade. A integração plena de uma EDH inclusiva ainda demanda esforços para superar desafios estruturais, pedagógicos e institucionais, de modo que sua prática efetiva seja incorporada e amplamente promovida nas formações docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “A Educação em Direitos Humanos e sua Abordagem Inclusiva: Conceito, Teoria e Prática nos Cursos de Formação de Professores” conclui que a Educação em Direitos Humanos (EDH) desempenha um papel fundamental na formação de futuros professores, capacitando-os a lidar com a diversidade e promover práticas pedagógicas que respeitem a dignidade e os direitos de todos os indivíduos. A EDH, quando abordada de maneira inclusiva, contribui significativamente para a construção de uma cultura de respeito, empatia e justiça social, aspectos essenciais para o ambiente escolar e para a sociedade em geral.

Nos cursos de formação docente que fizeram parte dessa pesquisa percebeu-se que o componente curricular Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade Social é essencial para formar professores conscientes de suas responsabilidades na promoção dos direitos humanos. No entanto, os resultados mostram que a inclusão sistemática desses temas ainda enfrenta desafios, como a falta de formação específica e a necessidade de atualização dos currículos, na verdade os currículos estudados estão atualizados, o que falta é trabalhar com os futuros licenciados dos cursos de exatas, futuros professores precisam considerar a relevância de práticas inclusivas e da diversidade no contexto educativo, pois a inclusão efetiva da EDH requer uma reformulação de práticas pedagógicas para incorporar metodologias dialógicas, críticas e culturalmente sensíveis, que valorizem a pluralidade dos sujeitos e incentivem uma participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

Mesmo sem ter como foco direto a questão das políticas educacionais, não se pode negar a importância de políticas educacionais e institucionais que

apoiem a EDH como um elemento estruturante na formação de professores, considerando-a um componente indispensável para a promoção de uma educação inclusiva e transformadora. Ao final, a pesquisa contribui com propostas que reforçam a implementação de uma EDH inclusiva e eficaz, destacando a necessidade de formações continuadas, o fortalecimento da dimensão prática das abordagens de direitos humanos e a criação de espaços de diálogo dentro e fora das salas de aula. Assim, espera-se que os futuros docentes se tornem agentes transformadores que, por meio da educação, possam contribuir para uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Educação inclusiva: v. 1: **a fundamentação filosófica** / coordenação geral SEESP/ MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12,

02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.**

BRASIL. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura Construindo as epistemologias do Sul: antologia essencial. v. I: **Para um pensamento alternativo de alternativas** / compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

DURKHEIM, Émile [1922]. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FERREIRA, A. C. **Metacognição e desenvolvimento profissional de professores de Matemática**: uma experiência de trabalho colaborativo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FERREIRA, N. S. C. **Poderemos trabalhar juntos na sociedade mundializada?** Desafios para os educadores. In: PORTO, T. M. E. Redes em construção: meios de comunicação e práticas educativas. Araraquara: JM, 2003.

FREIRE, Paulo. [1967]. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: História e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NUSSBAUM, Martha C. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC: Matemática (Licenciatura) /
Universidade Estadual da Paraíba CCT; Núcleo docente estruturante. Campina
Grande: EDUEPB, 2016.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC: Física (Licenciatura) / Universidade
Estadual da Paraíba CCT; Núcleo docente estruturante. Campina Grande:
EDUEPB, 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da
docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.